

Trabalho e Moradia em São Cristóvão: o cotidiano dos escravos da Freguesia Imperial, em 1870

*Gustavo Dantas Abrantes*¹

RESUMO

ABRANTES, G. D. **Trabalho e moradia em São Cristóvão: o cotidiano dos escravos da Freguesia Imperial, em 1870.** O objetivo desse artigo é estudar a relação entre as moradias e as ocupações de escravos residentes na Corte Imperial do Rio de Janeiro, em especial na freguesia de São Cristóvão, no ano de 1870. Escolhemos as profissões em que nitidamente era preciso sair da casa senhorial para execução da atividade, tais como a de quitandeiro e jornaleiro. O intuito foi o de apontar para um aspecto importante e ainda pouco explorado pela historiografia, qual seja, as diferentes experiências de trabalho dos escravos encontrando-se em um mesmo espaço de moradia. O intuito é apontar questionamentos acerca da relação entre trabalho escravo, moradia e o “*viver sobre si*” do cativo. Para isso, utilizamos como principal base documental o recenseamento ocorrido nesse ano de 1870, cujos dados específicos para São Cristóvão podem, hoje, ser encontrados no arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse censo foi o resultado do experimento do governo Imperial para contabilizar a população, o que foi feito, em todo o Brasil, dois anos mais tarde.

Palavras-chave: trabalho; escravos; moradia.

ABSTRACT

ABRANTES, G. D. **Work and housing in São Cristóvão: The everyday life of slaves of the Imperial Freguesia in 1870.** The aim of this paper is to study the relationship between the homes and occupations of slaves living in the Imperial Court of Rio de Janeiro, particularly in the parish at São Cristóvão, in 1870. We chose professions in which they clearly had to leave the Manor houses to perform the activity, such as a grocer and newsman. The aim was to point to an important aspect and yet little historiographically explored, that is, the different work experiences of slaves lying in the same living space. The aim is to point out concerns about the relationship between slave labor, housing and “*living on oneself*” of the captive. To do this, we use as main documentary base the Census occurred in the year of 1870, whose specific data to São Cristóvão can today be found in the files of the Brazilian Institute of Geography and statistics (IBGE). This census was the result of the experiment of the Imperial government to account for the population, which was done all over Brazil, two years later.

Key words: labor; slaves; dwelling.

INTRODUÇÃO

Conheci um homem em Botafogo cuja família consistia de seis pessoas, mas ele possuía cinqüenta negros, todos morando em sua casa, que não era grande. Você deve estar imaginando como é possível abrigar um número tão grande de seres humanos. Acontece que nunca se preocupam com as acomodações de um escravo. (WALSH, 1985, p. 196)

No Rio de Janeiro Imperial os escravos organizaram seus laços de sociabilidades por meio do contato nas ruas, através dos laços de parentesco, forjando marcas de nações (no caso dos africanos), em cantos e danças, irmandades, batismos, casamentos. As sociabilidades também aconteciam em torno das moradias e dos espaços de trabalho, tema deste artigo. O viajante Walsh observou, na década de 1820, um problema crônico da cidade do Rio de Janeiro: o adensamento populacional, que alcançaria dimensões maiores nas décadas posteriores. Prova disso foi o crescimento de cortiços e estalagens.

As formas de morar dos escravos podiam ser inúmeras. A mais instigante talvez tenha sido o “*viver sobre si*”, ou seja, a possibilidade do escravo morar, às suas próprias custas, fora da casa senhorial. Mas todos esses indivíduos deveriam arrumar onde morar. Essa constatação pode parecer genérica. Trata-se, no entanto, do cotidiano desses indivíduos e a historiografia ainda procura respostas sólidas acerca dos modos e locais de moradia com escravos e das estratégias de sociabilidades construídas por meio dessa própria moradia. A ocupação do escravo parece-nos, pois, um ponto de partida relevante para refletirmos melhor a relação entre escravidão e moradia.

Até hoje foram poucos os autores que trataram da moradia com escravos. Entre eles, destaca-se João José Reis e Carlos Eugênio Libano Soares. Reis discutiu as estratégias de moradias dos escravos e libertos envolvidos no levante malê de 1835. Segundo o autor, 31,6% deles morava na freguesia da Sé, no centro de Salvador, um local residencial, administrativo e eclesiástico. Os escravos apresentaram maior estabilidade residencial comparado aos libertos, com 60% residindo por mais de seis anos no mesmo lugar. No caso dos libertos, 45% moravam no mesmo endereço por menos de dois anos. Escravos e libertos também moravam nos porões dos sobrados. Os sobrados eram lojas e, dada a quantidade de escravos que neles moravam, foi considerada por Reis como verdadeiras “senzalas urbanas”. Já a instabilidade da moradia, no caso do liberto, seria justificada pela sua pobreza. Ela forçava o liberto a trocar de moradia constantemente, procurando lugares de custo mais baixo. Para Reis (2003), vários fatores podiam definir o local de moradia do africano. Laços amorosos ou a dependência, conveniência ou lealdade em relação ao ex-senhor, no caso do liberto eram aspectos importantes. O parentesco étnico interferia nessa escolha (SOARES, C., 2005).

Soares (2005) desvendou aspectos importantes relativos às configurações étnicas das moradias dos africanos libertos. A densa análise que elaborou a partir dos registros da Casa de Detenção da Corte muito contribuiu para o tema da moradia, apontando os motivos de 1157 prisões de africanos libertos, a presença das nações africanas em cada freguesia, bem como os endereços dos africanos apreendidos e levados para a detenção.

Percebendo que a desordem, a vagabundagem e a embriaguez foram os principais motivos das carceragens desses africanos libertos, o autor recuperou a complexidade social presente nessas prisões, pois: a) a alforria fazia dele um sujeito social marginalizado pelas autoridades policiais; b) ao ser preso por motivos muito vinculados a delitos de escravos, ficava notória a associação, pelas autoridades, entre libertos africanos e a instabilidade da “ordem pública”; c) havia a intenção dos

policiais de desmontar possíveis redes de abrigos a escravos em fuga; d) a intensa perseguição fez de alguns africanos assíduos frequentadores da Casa de Detenção.

A cada entrada nesse presídio, tais africanos aprisionados sabiam que as estadas não seriam longas. Para garantir tal êxito, faziam, por exemplo, referências ao antigo senhor - significando um evidente recurso de apadrinhamento para verem-se livres da prisão - ou mesmo firmavam o chamado “termo de bem viver”.

Em outro estudo mais amplo, Soares destacou os zungus como locais de moradias frequentados por escravos, libertos e livres. Os zungus, muito presentes na década de 1830, eram também espaços de “confraternizações, batuques, ou quaisquer pretextos para os pretos e pardos da Corte se encontrarem” (SOARES, C., 1998, p. 15). Os zungus cumpriam assim uma função social importante para os escravos e libertos, já que, transformara-se em local de sobrevivência cultural e religiosa. Um reduto, portanto, das culturas africanas no Rio de Janeiro. Um local mais de hospedagem do que de moradia. Um espaço de encontros e de descanso. Frequentado na calada da noite. Servindo como local de coito aos escravos, ou para aliciá-los. Sofria forte repressão policial. Gerava medo na população, pois ali se reuniam indivíduos considerados perigosos para a sociedade. Apesar disso, a legislação Imperial não foi incisiva em acabar com os zungus. Quem fosse encontrado em um deles era detido e rapidamente solto. Frequentar um zungu era apenas uma infração de postura municipal. E, para a polícia da Corte, coibi-los significava desbaratar redes de aliciamento de escravos e reprimir a prostituição.

Ynaê Lopes dos Santos (2006) discutiu exclusivamente um período diferente do nosso, as primeiras décadas do XIX, com ênfase na década de trinta, ou período regencial. Seu trabalho procura compreender as possibilidades do cativo *viver sobre si* junto aos interesses dos senhores e a presença do Estado, então representado pela Intendência de Polícia. Para Santos, a questão da moradia está diretamente relacionada ao controle do senhor e à própria organização da escravidão no âmbito urbano.

Sob o olhar do censo de 1870: moradias e ocupações escravas em São Cristóvão

O fato é que, durante o século XIX, a demografia da cidade oscilou muito em virtude do tráfico. Em 1821, havia 86.323 moradores, sendo 45.947 livres (53,23%) e 40.376 escravos (46,77%), considerando-se apenas as freguesias urbanas da cidade (Sacramento, São José, Santa Rita, Candelária, Santa Ana, Engenho Velho, Lagoa) (SOARES, L., 2007, p. 27). Agregando-se as freguesias rurais, chegou-se ao total de 116.444 habitantes, sendo 58.895 livres (50,57%) e 57.549 escravos (49,42%) (SOARES, L., 2007, p. 363). Em 1849, o censo organizado por Haddock Lobo inovava ao incluir a categoria dos libertos: o censo de 1849 indicava a presença de 205.906 residentes nas freguesias urbanas (incluindo também a Glória): entre estas, 116.319 eram livres (56,49%), 10.732 (5,21%) eram libertos e 78.855 (38,30%) eram escravos (SOARES, L., 2007, p. 27 e 29). Agregando as freguesias rurais, chegou-se ao total de 266.466 habitantes, sendo 142.403 livres (53,44%), 13.461 libertos (5,05%) e 110.602 escravos (41,51%).

Transcorridos mais de vinte anos, o censo de 1872 divulgava a presença de 228.743 residentes nas freguesias urbanas (agora eram 11 freguesias urbanas: Santa Ana, Santa Rita, Sacramento, Santo Antônio, São José, Espírito Santo, Candelária, Glória, Engenho Velho, Lagoa e São Cristóvão), sendo 191.176 livres (83,58%) e 37.567 escravos (16,42%) (SOARES, L., 2007, p. 373). Em todo o

Município Neutro havia 274.972 moradores (somando-se as freguesias urbanas e as rurais), sendo 226.033 livres (82,2%) e 48.939 escravos (17,79%).

O tráfico foi tão importante ao ponto de a população escrava saltar de cerca de 40.000 para aproximadamente 78.000, entre 1821 e 1849, embora a participação percentual dos escravos em relação à população tenha caído. Em 1870, de acordo com Nelson Senra (2006), havia 50.092 escravos (21,28%) para um total de 235.381 habitantes. Adicionalmente, se na década de 1820 os escravos representavam quase metade da população, na década de 70 caiu para 1/5 a quantidade de escravos em relação ao total da população. Mesmo assim, ainda havia escravos aos montes no Rio de Janeiro Imperial.

Este artigo aponta para a confluência do ambiente do trabalho com o espaço de moradia envolvendo escravos, em 1870, na freguesia de São Cristóvão, utilizando como base documental o censo/arrolamento ocorrido neste ano. O censo fornece os seguintes dados: nome, sexo, idade, religião, nacionalidade e profissão para cada um daqueles residentes no local. Organiza, ainda, os residentes de cada casa em três categorias: “pessoas da família”, “agregados” e “escravos”. Segundo a abordagem de Ivone Stolze Lima essa estratégia de classificação indicava o “contraste com as já comuns práticas do viver sobre si, ou seja, tanto da moradia separada quanto de certa e limitada autonomia econômica dos escravos de aluguel.” (LIMA, 2003, p. 117).

Os resultados foram apresentados pela Comissão responsável no dia 12 de setembro do mesmo ano de 1870 e publicados em Diário Oficial nos dias 1 e 2 de julho de 1871. Há indícios de que esse foi o primeiro censo a classificar a população considerando-se também a profissão. Hoje, o trabalho (quase) completo encontra-se no setor de Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apenas uma parte dele – uma edição fax simulada – está neste momento disponível no site oficial da Instituição. Dizemos ‘quase’ porque não constam as referências a dois quarteirões: o quarto e o décimo quinto. Mas, qual era o perfil de escravaria desta freguesia?

São Cristóvão apresentava uma quantidade significativa de escravos, embora não abrigasse tantos cativos tais como certas freguesias do centro desse Rio de Janeiro Imperial. Eram 2174 escravos, sendo que a população desta freguesia era constituída, de acordo com o censo de 1872, por 10961 pessoas. Os escravos representavam, portanto, um percentual de 19,83% da população local. O censo de 1872 pode oferecer uma visão ampla desta dinâmica. Das 19 freguesias que compunham o Município Neutro, São Cristóvão ocupa o 11º lugar, quando se coloca em perspectiva a quantidade de cativos. Com 5157 escravos, Santana era a freguesia mais populosa.

Em contrapartida, freguesias ditas rurais não tinham tantos escravos quanto São Cristóvão. Inhaúma, por exemplo, respondia por apenas 1316 escravos. Da mesma forma, ultrapassa a quantidade de escravos presentes na Candelária, onde foram contabilizados 1843 escravos. Assim, se por um lado São Cristóvão não era uma das freguesias com maior quantidade de escravos, por outro, seu volume de escravos também não era tão desprezível.

FREGUESIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CANDELÁRIA	1224	619	1843
ENGENHO VELHO	1556	1788	3344
ESPÍRITO SANTO	947	1086	2033
GLÓRIA	1946	2579	4525
GUARATIBA	883	880	1763
ILHA DO GOV.	417	186	603
INHAÚMA	657	659	1316
IRAJÁ	793	646	1439
JACAREPAGUÁ	1333	1258	2591
LAGOA	1224	1454	1843
PAQUETÁ	1268	148	3344
SACRAMENTO	358	2247	2722
SANTA CRUZ	1903	164	506
SANTA RITA	174	1398	4150
SANTANA	3380	2829	338
SANTO ANTÔNIO	2328	2099	4778
SÃO CRISTÓVÃO	1888	1227	5157

Fonte: Censo 1872

Tabela I: quantidade de escravos divididos por freguesia e sexo (1872)

Recém criada em 1856, a freguesia de São Cristóvão foi o lar da família Imperial e de parte da fidalguia carioca desse período (BRASIL, 1954). Na década de 70, ela já despontava como uma região importante do ponto de vista econômico, ou considerando-se o seu potencial populacional. Em virtude da preservação da coleta de dados do Censo de 1870, referente a esta freguesia, será possível observar a presença de estalagens e cortiços enquanto locais de moradia de africanos e de crioulos. Por isso esta freguesia adquire aqui um valor especial.

Observando dados publicados por José Flavio Motta et al. (2004, p.5) referentes a São Cristóvão em 1870, constata-se que ali “residiam 3,9% da população livre [da Corte] (7.303 indivíduos em um total de 185.289).” Os dados provenientes do censo indicam também que cerca de 20% da população residente nesta freguesia era de condição escrava. Isso correspondeu a 1479 escravos, em um universo de 7104.

Analisando inventários *post-mortem*, Luis Carlos Soares (2007) estabeleceu uma média de 3,49 escravos por proprietário na cidade do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1888. Os dados trazidos por Soares (2007) apontam para uma redução da quantidade média de escravos por proprietário, no transcorrer das décadas do século XIX: caíra pela metade a proporção de escravos por proprietários, entre as décadas de 1850 e 1870. Se na década de 50 a média era de 6,38 escravos, na década de 70, a média passou para 3,12, chegando a 1,24 escravos nos anos 80. Ainda de acordo com Soares, essas proporções refletiam uma nova relação entre a sociedade e a mão-de-obra escrava, pautada na “redução do número de escravos que cada família possuía” e no “desaparecimento da categoria dos senhores de escravas de muitas daquelas centenas e centenas de famílias mais pobres, repetindo Ewbank, que possuíam um, dois ou mais escravos” (SOARES, L., 2007, p. 82).

Portanto, na segunda metade do XIX, o que se observou foi uma redução no número de escravos na Corte Imperial e, em seguida, uma reorganização no perfil dos escravistas. Várias questões surgidas

após 1850 contribuíram para esse novo cenário envolvendo os proprietários e o uso da mão-de-obra escrava. Dentre elas, destaca-se o aumento no número de alforriados (FLORENTINO, 2002, p. 13), a entrada de portugueses e de outros estrangeiros, em especial nos anos setenta e oitenta. (SOARES, L., 2007, p. 34). Fator fundamental foi o fim do tráfico, em 1850, acabando com a grande fonte de introdução de trabalhadores forçados nas escravarias. O tráfico, por sua vez, exercia uma função maior do que a de abastecimento de mão de obra. Segundo Manolo Florentino & Roberto Góes (1997, p. 56), para “além da reposição demográfica, o tráfico transatlântico de escravos tinha uma função sociológica específica”, que era a de definir o lugar social da elite proprietária de escravos.

Em relação a São Cristóvão, José Flavio Motta et al. (2004) fornece dados importantes a respeito dos padrões de escravidão na freguesia de São Cristóvão, em 1870. Para os autores, os percentuais de posse de escravos nesta localidade estavam muito próximos aos das demais freguesias do município. Isso porque, de acordo com os autores, “Na paróquia examinada, bem como no município como um todo, a participação dos escravos na população total era levemente superior a um quinto (cerca de 21,2%)” (MOTTA et al., 2004, p. 5).

Esses autores retrataram, através do censo de 1870, as faixas etárias dos escravos, as taxas de masculinidade e os tamanhos dos plantéis das escravarias em São Cristóvão. Verificaram a existência de oito proprietários com mais de quinze escravos, sendo que “pouco menos de quatro quintos (78,6%) dos escravistas possuíam 5 ou menos escravos; eram 312 proprietários detentores de 706 cativos (46,4% da massa escrava total)... A maioria relativa dos cativos (42,2%) compunha os plantéis de 6 a 15 elementos, cujos proprietários perfaziam cerca de um quinto do contingente de escravistas.” (MOTTA et al., 2004, p.11).

A explicação acima esclarece como os escravos estavam divididos entre as moradias, em São Cristóvão. A maioria dos proprietários tinha poucos escravos, no máximo cinco. Isso reforça as proposições de Soares de que na década de 70 a lógica era ter poucos escravos.

No censo referente a São Cristóvão em 1870, constavam 1693 escravos, sendo 1097 brasileiros ou crioulos e 499 africanos. Havia oito proprietários com uma elevada escravaria para os padrões em voga. As ruas onde encontramos as maiores quantidades de escravos foram as seguintes:

Moradia	Qtd. (em números)	Qtd. (em porcentagens)
Rua de São Luiz Gonzaga	244	14,41
Rua do Campo de São Cristóvão	138	8,15
Rua do Retiro Saudoso	132	7,79
Rua Bela de São João	99	5,84
Rua da Aurora	92	5,43
Praça de D. Pedro I	88	5,19
Qtd. de escravos morando em outras ruas da freguesia	900	53,16
Total	1693	99,97

Fonte: Arrolamento de São Cristóvão, 1870.

Tabela II: principais locais de moradias com escravos

No recenseamento de São Cristóvão de 1870, encontramos Jose Appolinario De Azevedo, morador da casa 21, da Praça dos Lázaros, no terceiro quarteirão. Ele tinha 19 escravos. Entre eles, 13 eram brasileiros e 7 eram africanos. Todos solteiros. A maior concentração de escravos em uma mesma moradia ocorreu na casa 27, da Rua do Retiro Saudoso, no 14º quarteirão, pertencente a José Maria Gomes, um negociante espanhol. Ele contava com cinco agregados: um português, de 42 anos, feitor, e 4 brasileiros pescadores. Além disso, José Maria Gomes tinha 32 escravos, sendo 26 deles africanos, distribuídos nas mais diversificadas ocupações. Luiz, de nacionalidade Cabinda, era o escravo mais velho de José Maria Gomes e trabalhava como chacareiro. Augusto Moçambique, de 46 anos, era cozinheiro e José, um crioulo de 40 anos de idade, ocupava o ofício de pedreiro.

Como pensar a integração entre o mundo do trabalho dos escravos e a moradia? Ora! O campo de experiências e expectativas traçadas por escravos ao trabalharem dentro da casa senhorial podia ser um, e fora dela, podia ser outro. Como isso refletiu na questão das moradias? Para pensar um pouco melhor nesse aspecto, selecionamos ocupações relativas a escravos presentes no recenseamento de São Cristóvão em 1870 e que indiscutivelmente precisavam ultrapassar o espaço da casa senhorial para que fossem executadas, como as de quitandeiro e pescador, mesmo sabendo que os escravos podiam ocupar mais de uma função e que havia ocupações em que o escravo “circulava” entre a casa e a rua.

No recenseamento de São Cristóvão foram identificadas mais de cinquenta ocupações vinculadas aos escravos, envolvendo 649 deles. A partir da observação dessas ocupações, percebe-se que a maior parte dos escravos tinha o seu universo de trabalho vinculado à casa do senhor. As quatro primeiras profissões (termo utilizado pela fonte) - serviço doméstico, serviço de casa, cozinheiro e doméstico – são profissões vinculadas ao lar e respondem por 56,39% das ocupações dos escravos. Um dos escravos envolvidos com o trabalho doméstico foi a crioula Romana, de 14 anos, residente à casa 7 da Rua do Maruhy, no sexto quarteirão, de propriedade de Francisco Teixeira Machado. Já a africana Maria, de nacionalidade nagô, solteira, 60 anos de idade, trabalhava com o “serviço de casa” na casa 6 da Rua de Benfica.

Ocupação	Homem	Mulher	Total	Total (%)
Serviço doméstico	57	121	178	27,42
Serviço de casa	21	54	75	11,55
Cozinheiro (a)	38	33	71	10,93
Doméstico (a)	11	31	42	6,47
Trabalhador	28	1	29	4,46
Pedreiro	27	1	28	4,31
Lavadeira	0	26	26	4,006
Quitandeiro	4	11	15	2,31
Copeiro	14	1	15	2,31
Servente	10	3	13	2,003
Criado	5	7	12	1,84
Costureira	1	11	12	1,84
Roça	10	1	11	1,69
Carpinteiro	11	0	11	1,69
Padeiro	10	0	10	1,54
Mucama	0	10	10	1,54
Ganho ou ganhador	9	1	10	1,54
Outras ocupações	56	25	81	12,48
Total de escravos*	312	337	649	99,92

Fonte: Arrolamento da Paróquia de São Cristóvão, 1870.

*O total de escravos refere-se apenas àqueles registrados neste censo e que tiveram suas ocupações declaradas.

Tabela III: principais ocupações dos escravos (Censo -1870)

Uma vez traçado o panorama das atividades exercidas pelos escravos residentes em São Cristóvão, vamos agora discutir a relação entre os trabalhos dos escravos e seus locais de moradia, aprofundando a análise das ocupações dos escravos recenseados. Apenas em 7 ocupações surgidas no censo de São Cristóvão de 1870 era inegável a dependência da rua ou de local exterior à moradia do senhor para o exercício da atividade. As 7 ocupações desempenhadas por escravos residentes em São Cristóvão em 1870 e que estavam atreladas ao ambiente exterior à casa senhorial foram as de quitandeiro, ganhador, marinho, pescador, serviço de rua, jornaleiro e carroceiro. Juntas, elas correspondem a 5,39% do total de escravos da tabela III. Cada uma delas esteve representada da seguinte forma:

Profissões	Homem	Mulher	Total
Quitandeiro	4	11	15
Ganho ou ganhador	10	1	11
Marinho	4	0	4
Pescador	2	0	2
Serviço de rua	1	0	1
Jornaleiro	1	0	1
Carroceiro	1	0	1
Total	23	12	35

Fonte: Arrolamento da Paróquia de São Cristóvão, 1870.

Tabela IV: ocupações dos escravos residentes em São Cristóvão em 1870 e que trabalhavam fora da casa senhorial

Onde e como morava cada um desses escravos? Vamos começar analisando os locais de moradias dos quitandeiros. Encontramos 15 escravos com a ocupação de quitandeiro (a), conforme indicação da tabela IV. Quatro eram homens e 11 eram mulheres. Apenas duas escravas eram crioulas. Os demais eram africanos. Contabilizamos seis escravos de nacionalidade Mina, dois de nacionalidade Moçambique, dois de nacionalidade Angola, um Casange, e uma de nacionalidade África.

O recenseamento de São Cristóvão guardou histórias particulares relevantes para a historiografia. Encontramos casos potenciais do *“viver sobre si”*, aspecto muito comentado pelos estudos historiográficos, mas pouco demonstrado empiricamente. (CHALHOUB, 1990; KARASCH, 2000; LIMA, 2003; MOREIRA, 2003 SILVA, 1988; SOARES, L., 2007). Na casa 105 A da Praça de D. Pedro I, no sexto quarteirão, dois escravos registrados pelo chefe da família Luiz Francisco da Silva simplesmente não moravam ali. As escravas Thereza e Felismina, de nacionalidade Mina, ambas com 38 anos, solteiras e quitandeiras foram descritas no campo das observações do recenseamento de São Cristóvão como escravas que *“vive [vivem] fora de casa com licença do senhor para melhor poder quitandar”* (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870).

Já Luiz Francisco da Silva tinha 59 anos, era brasileiro, casado, com a profissão de proprietário e já tinha servido na “extinta 2ª linha do Exército” (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870). Luiz era detalhista e devia precisar dos seus escravos para compor o rendimento familiar. Fazia questão de ressaltar os seus bons e os seus “preguiçosos” escravos. Ancelmo, do Maranhão, foi recenseado como um “cozinheiro bom” (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870). Já a escrava Florinda, de 53 anos, de nacionalidade Quelimane, “trabalha quando quer porque padece da bolha e muito”, sendo esse o “motivo porque já não tenho dado a carta, para não acabar por aí à toa...” (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870). Luiz parece que tratava de forma diferenciada a escrava Libania, já que, de acordo com o campo das observações, Libania morava na “praia de São Cristóvão, 63 F”. (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870) Pois foi com a riqueza de detalhes presente nessa lista de moradores que conseguimos conhecer duas escravas que experimentaram viver fora da moradia do proprietário: as escravas Thereza e Felismina, reforçando mais uma vez a importância dos Minas também na questão da moradia.

A escrava Germana, de 46 anos, crioula, solteira, quitandeira estava alugada na casa de Albina dos Santos Novaes e Benjamim Galdino de Moraes, na estalagem nº 11 da casa 11, da Rua de São Januário, no 8º quarteirão. Germana era a única escrava desta moradia e “acha-se alugada” (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870). Já na casa 27 da Rua do Retiro Saudoso, moravam os quitandeiros Roberto e Sebastião, ambos africanos de nacionalidade Angola. (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870). A casa 61 A da Rua de São Luiz Gonzaga servia de moradia para as quitandeiras Rosa e Lucrecia, ambas de nacionalidade Mina e com pouco mais de 40 anos.

Entre todos os escravos quitandeiros encontrados, apenas um não era solteiro: tratava-se de Frederico, africano Casange, de 42 anos, casado com a escrava Antonia, africana Casange de 36 anos, do serviço doméstico. Ambos eram integrantes da escravaria da casa 121 da Rua de São Luiz Gonzaga.

E os escravos ganhadores? De acordo com o recenseamento, considerando-se as categorias “pessoas da família”, agregados e escravos, havia 14 pessoas de cor que trabalhavam ao ganho: um era Miguel João Augusto, africano Mina “pessoa da família”, residente na casa 67 da Praça de D. Pedro I; dois eram agregados, sendo um deles Paulo Mina, residente na mesma moradia de Miguel João Augusto. Outros onze eram escravos. Dentre os escravos, 8 eram africanos e 3 eram crioulos.

Manoel Joaquim de Castro era proprietário de nove escravos na casa 33 da Rua do Retiro Saudoso, no 14º quarteirão. Desses, quatro eram escravos ao ganho: Cosme Mina, de 45 anos; Leonardo Moçambique, de 54 anos; José Crioulo, de 50 anos e Custódio Crioulo, de 48 anos. Manoel Joaquim de Castro era o maior proprietário de escravos ganhadores na freguesia, em 1870. Seus escravos, pela própria necessidade da ocupação, desfrutavam de muita autonomia, passando a maior parte do tempo longe do olhar senhorial. No entanto, foram recenseados como escravos e, por consequência disso, viviam sob os mandos do próprio Manoel Joaquim de Castro, não havendo, inclusive, indicação sobre uma possível permissão para que eles pudessem “*viver sobre si*”.

De acordo com o Censo de 1870, Joaquim dos Santos Paranhos era fundidor mecânico e proprietário de dois escravos ao ganho, registrados na casa 7 B da Rua Bela de São João : tratavam-se de Paulo Cabinda, de 42 anos, solteiro e Constantino Mina, de 40 anos, também solteiro.

Outros dois escravos ao ganho eram os africanos João Congo e Bernardo Cabinda. João, de 60 anos foi recenseado na casa 17 da Rua da Aurora. Ele “pertence a D. Libania Maria Encarnação Flores” (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870), uma viúva de 34 anos cuja profissão era o “serviço doméstico”. Já Bernardo Cabinda, de 40 anos, foi recenseado na casa 48 da Rua dos Lázaros e pertencia à “D. Felisarda Da C. Goulart”, assim como todos os escravos presentes naquela moradia.

Na Rua do Retiro Saudoso havia mais um escravo ganhador: Felipe Mina, estava na casa 27 e era escravo de Jose Maria Gomes. Completam o rol dos escravos ao ganho, o africano João, de 40 anos, solteiro, residente na casa 8 da Rua do Bonfim e a crioula Joana, de 50 anos, solteira, recenseada na casa 67 v 1º da Rua da Praia de São Cristóvão.

De acordo com a historiografia, os escravos ganhadores seriam aqueles com maior capacidade para morar fora da casa senhorial, já que eles teriam potencial de acumular o pecúlio suficiente para sustentar sua alimentação e moradia (SILVA, 1988). Nos registros desses ganhadores presentes no censo, não encontramos indícios que possam confirmar ou não a prática de “*viver sobre si*” entre eles. Assim, através de nossa base empírica, não foi possível atestar essa potencialidade. Mas, dada a prerrogativa de trabalhar na rua, também acreditamos que eles fizessem parte do conjunto de escravos que conseguiam “*viver sobre si*”.

Tratamos dos escravos quitandeiros e dos ganhadores. Onde moravam os escravos jornaleiro e carroceiro listados na tabela IV? Na casa 2 h da Rua do Maruhy, no 6º quarteirão foram listados quatro escravos, sendo que três eram do serviço de casa. Completava a lista o escravo Jose, africano de nacionalidade Casange, de 55 anos, solteiro, do serviço de rua. Já o escravo José, de 38 anos, do Rio de Janeiro, foi recenseado na casa 12, da Rua de Benfica, no 11º quarteirão. José era carroceiro e “alugado pertencente ao espólio do sogro do chefe”. José era uma relíquia, pois além de ser o único escravo recenseado que trabalhava nesse ramo, sobrevivia frente à concorrência de imigrantes portugueses e trabalhadores nacionais, personagens estes que, segundo Paulo Cruz Terra (2010) monopolizaram as funções de cocheiros e carroceiros a partir da década de 50. Nessa época, sugere Luiz Carlos Soares (2007) que, para ser cocheiro, o escravo precisava ter inteligência, boa aparência e experiência no ramo.

Já Manoel Antonio Pereira Botafogo era o proprietário do jornaleiro Joaquim, na casa C da Rua Bela de São João, no 5º quarteirão. Ali moravam ainda mais três escravos: Cypriana, de 50 anos, da Costa da África (sem ocupação declarada), Jorge, de um ano de idade, e Helena, de 18 anos, do serviço doméstico. Percebemos, portanto, que o mundo dos escravos que trabalhavam na rua podia

ser também compartilhado, através do espaço de moradia, com o mundo dos escravos domésticos, já que os primeiros faziam o movimento de retorno à casa senhorial.

E quanto aos escravos vinculados a atividades marítimas? Baseando-se em viajantes, Mary Karasck sugere que os escravos pescadores tinham grande liberdade, pois seus donos confiavam neles. Essa lógica não valia para barqueiros e marinheiros, “pois trabalhavam sob a supervisão disciplinadora do senhor ou feitor no manejo de escravos e marinheiros das galeras” (KARASCK, 2000, p. 267). Entre os escravos marinheiros, remadores e pescadores presentes no censo, não encontramos, em nenhum caso, um feitor sendo recenseado na mesma lista de morador em que estava o escravo. Isso sugere que, se haviafeitores controlando esses cativos durante a jornada de trabalho, ao menos eles não estavam morando juntos.

No censo, encontramos quatro escravos marinheiros: Pedro, brasileiro de 28 anos, residente na casa 21 da Praça dos Lázaros (3º quarteirão), Augusto, de 17 anos, residente na casa 33 da Rua do Retiro Saudoso, no 14º quarteirão, Francisco Crioulo e Jacintho Moçambique, ambos residentes na casa 107 da Praça de D. Pedro I, na altura do 6º quarteirão. Jacintho permaneceu nesta atividade por um bom tempo, pois quando faleceu, em 1877, ainda era marinheiro e pertencente à mesma proprietária do censo, dona Joaquina Maria Machado. Só o local de moradia mudou: agora residia no campo de São Cristóvão, nº 72.² Jacintho e Francisco faziam parte de uma escravaria que contava ainda com outros 6 escravos que estavam vinculados à atividades domésticas. Portanto, havia diferenças de experiência de vida entre os marinheiros e os demais escravos dessa escravaria. Aqueles passaram o dia a navegar, enquanto os demais cuidavam dos afazeres domésticos. No entanto, não encontramos indicação de que esses escravos marinheiros pertencentes a moradores de São Cristóvão tinham outro lugar para dormir, se lhes era facultado o “*viver sobre si*” ou se faziam o movimento de retorno à casa senhorial todo o dia. Da mesma forma, não havia nenhum agregado ou “pessoa da família” na lista de morador para sugerir um trabalho conjunto entre escravos e outros integrantes da casa. Assim, ao que tudo indica, o pescador Manoel e a quitandeira Joanna, residentes nessa casa, forjaram suas redes de sociabilidades da rua com pessoas diferentes daquelas com quem moravam.

Encontramos ainda dois pescadores. Um deles foi o africano Manoel Cabinda, de 49 anos, solteiro, recenseado na casa 21 da Praça dos Lázaros, mesma moradia do marítimo Pedro. Aquela era a moradia de Jose Appolinario de Azevedo, que trabalhava como solicitador. Ali moravam, ao todo, 19 escravos. Ao que tudo indica, todos eram escravos do próprio Jose Appolinario de Azevedo. Manoel não era o único escravo dessa moradia a trabalhar fora da casa. Tinha ainda a escrava Joanna, uma Mina quitandeira, e o escravo Pedro (marinheiro).

O outro escravo pescador encontrado foi José Congo, de 48 anos, solteiro, recenseado em uma casa da Rua do Retiro Saudoso, no 14º quarteirão. José era escravo de Jacintho M. de Oliveira, o proprietário da casa da Rua do Retiro Saudoso, onde ambos moravam. José seguiu a profissão de seu dono, que também era pescador. Era comum os proprietários ensinarem ofícios aos escravos, aumentando assim o lucro em cima do cativo. Dentre os escravos pertencentes à tabela IV, esse foi o único caso que encontramos de escravos executando a mesma ocupação de seus proprietários. Em geral, conforme já afirmou Marilene Rosa Nogueira da Silva “categoria de proprietário de escravos ao ganho era tão heterogênea quanto os seus escravos...” (SILVA, 1988, p. 147).

Dentre os proprietários dos escravos quitandeiros, ganhadores, pescadores, do serviço de rua, jornaleiro e carroceiro, não houve uma profissão que se destacasse. A que mais surgiu foi a de negociante. Mas outros ofícios, como o de professor público, fazendeiro, solicitador, fundidor

mecânico, serviço doméstico e militar também estavam presentes. Assim, à luz de nossas pesquisas, concordamos com a afirmação de Silva. Quer dizer, ao que tudo indica, não havia um perfil ocupacional dos proprietários de escravos ao ganho.

Os escravos podiam ainda trabalhar e morar em fábricas ou estabelecimentos comerciais, inclusive junto a pessoas livres. Pautado no censo de 1872, Luis Carlos Soares (2007) traz uma lista dos ramos industriais e dos operários neles empregados. Eram ao todo 18.091, sendo que 2.135 (11,80%) eram escravos. Eles estavam distribuídos nos seguintes ramos industriais: madeira, metais, edificações, vestuários, calçados, canteiros, calceteiros, cavoqueiros, chapéus, couros e peles, tecidos, e tinturaria. O autor sugere que os escravos operários estabeleciam uma relação de trabalho muito próxima aos operários livres, devendo inclusive receber salários. Para Soares, esses trabalhadores ao ganho “talvez não fossem muitos, mas é importante frisar que eles mantinham com os proprietários industriais que os contratavam uma relação semelhante àquela mantida pelos trabalhadores livres. Ou seja, uma relação monetária de compra e venda da força de trabalho” (SOARES, L., 2007, p. 153).

Dentre os operários, 480 estariam na freguesia de São Cristóvão, sendo 213 escravos. Embora fosse uma freguesia de caráter residencial, em São Cristóvão encontrava-se “regular comércio local, albergava também alguns estabelecimentos fabris de tecidos, artefatos de barro, de velas e de vidros e cristais” (MOTTA et al., 2004, p. 4). Encontramos no censo de 1870 pelo menos duas atividades de cunho comercial ou fabril sendo desenvolvidas por escravos: a de padeiro e a de oleiro. Foram recenseados 10 escravos como padeiros, 7 oleiros e 2 oleiros de louça. Eles foram recenseados em seus respectivos locais de trabalho, deixando evidente a forte conexão entre moradia e trabalho.

O uso de escravos em padarias não chega a ser uma novidade nesse período. De acordo com Leila Duarte, na primeira metade do século XIX “os escravos, principalmente os nascidos na África, eram a única força de trabalho utilizada na fabricação de pão” (DUARTE, 2002, p. 20). Em São Cristóvão, encontramos escravos trabalhando como padeiros na casa nº 1 da Travessa de Benfica: eram 2 padeiros e 1 aprendiz. A relação dos edifícios e fogos do 11º quarteirão confirma que essa moradia era, na verdade, uma padaria. José Lourenço Fortenolo, de 58 anos, era o proprietário. Ele era padeiro negociante e, de acordo com o campo ‘observações’ presente nesta lista de moradores, todos os “agregados são empregados da minha padaria” (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870). Eram 6 agregados: um português padeiro, 4 portugueses vendedores de pão e um italiano “trabalhador de masseira”. José Lourenço tinha 4 escravos: Florêncio Mina, de 40 anos, forneiro; Joaquim, de 56 anos, também Mina, padeiro; Bernardo de 40 anos, Crioulo, padeiro; Sebastião de 23 anos, Crioulo; padeiro; Manoel de 13 anos, Crioulo, aprendiz, sendo que “os escravos Sebastião e Manoel são alugados” (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870).

Outros escravos trabalhavam como padeiros na casa 33 da Rua de São Luiz Gonzaga. Nessa moradia devia funcionar outra padaria: 23 pessoas foram apresentadas nesta lista de moradores, sendo 8 escravos padeiros e uma cozinheira, ausente. A experiência do escravo padeiro devia ser bem diferente daquela dos escravos domésticos, pois ele lidava com o comércio. Além disso, lidava com mais frequência com estrangeiros que exerciam funções semelhantes à sua. Eram os novos perfis de mão-de-obra da Corte. Agregava-se o resqúcio colonial da mão-de-obra escrava com as tendências demográficas em voga na segunda metade do XIX, recebendo portugueses e italianos. Encontramos, ainda, escravos trabalhando em fábricas. Labutavam, por exemplo, como oleiros na casa 39 da Rua da Aurora, no 5º quarteirão. A lista de moradores dessa casa foi assinada por Francisco Antonio Maria Esbérar. Ele era francês, casado e com 2 filhos. Francisco fazia parte do grupo de 7 franceses residentes em São Cristóvão e possuidores de escravos. De acordo com

Motta et al., (2004), em São Cristóvão havia 397 escravistas, sendo 36,5% deles estrangeiros. Desses, 129 eram portugueses, 7 franceses, 6 espanhóis, 2 italianos, 2 ingleses, 1 prussiano e outro, holandês.

Francisco era fabricante: tinha 17 agregados, quase todos portugueses, pois havia 1 espanhol e 1 escrava, Carolina, sem ocupação declarada. Cinco dos seus agregados eram oleiros e 11 simplesmente trabalhadores. Completavam a lista de moradores 10 escravos, entre 20 e 60 anos. Sete deles também eram oleiros, além de Thomé de 60 anos, trabalhador, e 2 escravos sem terem suas profissões declaradas.

Havia ainda escravos trabalhando como oleiros na casa 29 da Praça dos Lázaros (3º quarteirão). A moradia corresponde à Fábrica de Louça. As casas de número 29 a 31 foram descritas em uma mesma lista de moradores. O dono da fábrica, Manoel Lopes de Souza morava no fogo ao lado, no número 32 da Praça dos Lázaros. Tratava-se de um português, casado, fabricante de louça de barro. Na fábrica, moravam 2 escravos do ofício de oleiros de louça, também de propriedade do próprio Manoel Lopes de Souza. Ali também foram recenseados 12 agregados, sendo 6 oleiros de louça, 5 trabalhadores e o administrador da fábrica, o português Amaro Domingos Grilo. A curiosidade fica por conta de Vitorino Caetano Pimentel, 45 anos, de nacionalidade portuguesa, solteiro, oleiro de louça. Vitorino era um “preto liberto” (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870).

Os escravos do negociante português Joaquim Alves Ferreira Bastos foram recenseados como moradores de sua fábrica. O negociante morava na Rua de Santo Amaro, nº 25, no Caju e era dono da fábrica de cera de velas. Joaquim traz a relação de cinco escravos seus: o pardo Damiano, Gregório, Geraldo, Ambrosio e Antonio. Todos brasileiros, com a profissão de “trabalhos”. Nas observações, relata que “estes escravos estão matriculados pela Praia do Caju, nº 59 e 61, aonde tenho o meu estabelecimento de fabricar sabão” (ARROLAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, 1870).

Na casa A 2º da Rua de São Luiz Durão funcionava uma fábrica de velas. Na respectiva lista de moradores constavam 13 agregados, todos portugueses, empregados na fábrica de sabão e de velas. Nessa moradia, foram listados 24 escravos, sem notícias sobre as suas respectivas profissões. Provavelmente também trabalhavam na fábrica. Os escravos podiam, portanto, verem seus ambientes de trabalho transformados em locais também de moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esboçamos aqui a ligação que o morar do cativo podia ter com a sua própria ocupação. Ganhadores, quitandeiros, padeiros, marítimos, costureiras, trabalhadores domésticos. Cada um deles teve uma experiência de vida diferente, que foi agregada ao seu modo de morar. Desde as escravas pretas Minas quitadeiras Thereza e Firmina, que não moravam com seus senhores exatamente para conseguir “melhor quitandar”, até aqueles escravos cujos trabalhos estiveram restritos ao espaço da casa, as experiências de vida eram bastante diversificadas, mas confluentes em um determinado momento. Além disso, escravos vinculados a atividades tipicamente domésticas pertenciam a escravarias que ainda contavam com os escravos que trabalhavam nas ruas. Isso sem contar no fato de que escravos registrados em ocupações restritamente domésticas podiam, mesmo assim, vir a realizar trabalhos na rua. Assim, não há como pensar diferente: as experiências vividas pelos escravos eram bastante complexas, a ocupação exercida daquele momento específico contribuía para a definição do campo de expectativa desse escravo e, conseqüentemente, das possibilidades ou

vontades desse cativo “*viver sobre si*”, quando lhe fosse conveniente. Outrossim, a ocupação devia ser determinante para definir as relações entre escravos e proprietários, criando brechas maiores ou menores para viver e morar cativo.

Através de uma fonte oficial como o censo torna-se difícil encontrar casos concretos de escravos constituindo moradia fora do espaço senhorial. O que o recenseamento de São Cristóvão vem timidamente nos *sugerindo* é que os quitandeiros pareciam estar na dianteira desse processo, conseguindo com mais frequência “*viver sobre si*”. Mas, de qualquer forma, os poucos casos encontrados de escravos morando desse jeito nos mostra a dificuldade desses sujeitos da história em manter, sozinhos, um espaço próprio de moradia. Em uma cidade densamente povoada, a carência de moradias fica mais evidente ao olharmos fixamente para a vida daqueles trabalhadores. Isso significa que os estudos sobre moradia de escravos, *talvez* sensibilizados pelo discurso policial e pelos discursos “civilizatórios” dos viajantes europeus, tenham superestimado a real capacidade, possibilidade ou interesse/vontade dos escravos em viver fora da casa senhorial.

NOTAS

¹ Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ

² Informações extraídas em consultas no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, junto aos registros de óbitos do cemitério de São Francisco Xavier, de 08/02/1877.

REFERÊNCIAS

ARROLAMENTO DA PAROCHIA DE SÃO CRISTÓVÃO, 1870. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

BRASIL, Gerson. **História das ruas do Rio de Janeiro**. Coleção Cidade do Rio de Janeiro Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1954 (355p).

DUARTE, Leila. **Pão e Liberdade**: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2002 (78 p).

FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico: Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850. A Paz nas senzalas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 (250 p).

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Topoi**. Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, v. 5, 2002.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, Marcas e Falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003 (226 p).

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre – 1858-1888. EST Edições. Porto Alegre, 2003 (356p).

MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci Del Nero da. Às vésperas da Abolição - um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 34, n. 1, 2004 (p. 157-213).

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**. A História do Levante dos Malês em 1835. Companhia das Letras, 2003 (665 p).

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da Senzala**. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo, 2006. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, na USP (171 p).

SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. Volume 01: estatísticas desejadas (1822-c.1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006 (611p).

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão**/ Marilene Rosa Nogueira da Silva. -São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1988 (166p).

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade entre libertos africanos, 1860-1900. In: **No labirinto das nações**: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005 (p. 149-208).

_____, Carlos Eugenio. **Zungu**, Rumor de Muitas Vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998 (118p).

SOARES, Luiz Carlos. **O “povo de Cam” na Capital do Brasil**: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7letras, 2007 (477p).

TERRA, Paulo Cruz. **Hierarquização e segmentação**: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro, p. 59. In Faces do trabalho: escravizados e livres./ Niterói: Ed UFF, 2010. (p. 59 - 87).

KARASCH, Mary. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo, Cia. das Letras, 2000 (643p).

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, SP. Ed. Da Universidade de SP, 1985. (237 p).